

ACTA Nº054

*Da. P.
Henrique*

Aos oito dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila da Calheta, no edifício dos Paços do Município e sala de sessões, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal da Calheta, sob a Presidência do senhor Décio Natálio Almada Pereira, na qualidade de Presidente, e os senhores Vereadores António Aguiar, Vice-Presidente, António Vitorino da Silveira, Aires António Fagundes Reis e Mário Luís Cristiano Oliveira da Cunha.-----

A reunião foi secretariada por José Orlando Pereira dos Santos, nomeado para o efeito.-----

Aberta a sessão pelo senhor Presidente, eram quinze horas e trinta minutos.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Câmara tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria, relativo a sete de janeiro de dois mil e dezasseis, o qual apresenta um total de disponibilidades no valor de 1.141.817,99€.-----

Foi lida e aprovada por unanimidade a ata nº 053 de vinte e dois de dezembro de 2015.-----

Pelo senhor Vereador António Vitorino foi dito que gostaria de saber o ponto da situação relativamente á obra na orla costeira em frente à Escola Básica e Integrada da Calheta.-----

Pelo senhor Presidente foi dito que tem mantido contatos com o senhor Presidente do Governo Regional nesse sentido, tendo o mesmo dado a saber que essa possibilidade estava a ser desenvolvida junto da Secretaria do Mar, e que sabia que estavam reunidas condições únicas para que essa obra fosse concretizada.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

DL260/2016 - Pelo senhor Presidente foi apresentada a Informação Interna Nº03/2015 do Gabinete de Apoio à Presidência a propor a aprovação por parte da Câmara do calendário das reuniões da Câmara Municipal da Calheta para 2016.-----

A Câmara aprovou por unanimidade e em minuta.-----

DL261/2016 – Pelo senhor Presidente foi apresentada a Informação Interna Nº03/2016 da Unidade Orgânica de Gestão Administrativa e Financeira – Área de Contabilidade, a remeter a 1ª alteração ao orçamento da despesa e AMR's para apreciação e votação por parte da Câmara.-----

O documento em apreço surge da necessidade de se reforçar as GOP's 2016 no que respeita a assessoria à execução do Plano de Saneamento Financeiro (1.834,63€), assessoria ao apoio de gestão do SIADAP (7.924,88€), controlo de qualidade da água INOVA (1.312,22€) e Cemitérios (1.416,00€). Esta alteração deveu-se ao facto de ter sido necessário ajustar o valor dos saldos dos cabimentos/compromissos que transitaram de 2015, uma vez que existiam faturas que estavam previstas entrar durante o mês de dezembro, o que não veio a acontecer, e que inviabilizou o seu processamento por conta do ano transato. Relativamente á assessoria à execução do Plano de Saneamento Financeiro, adjudicado á empresa SmartVision na sequência do parecer prévio nº7/2015, aprovado em reunião de Câmara de 22 de dezembro de 2015, e em virtude de não ter sido despoletado o processo aquisitivo para a necessidade manifestada em 2015, torna-se necessária a redistribuição dos valores constantes do parecer aprovado para os anos de 2016 e 2017 na GOP 2/2015. A Câmara aprovou por unanimidade e em minuta.-----

DL262/2016 – Pelo senhor Presidente foi apresentado o requerimento nº349/2015 do senhor Marco Paulo Ramos a solicitar a isenção do pagamento da taxa de IMT para aquisição de um prédio rústico. Pelo mesmo foi dito que, tendo em conta que a Câmara se encontra a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro, o qual tem por objetivo maximizar as receitas, tendo em conta que existe um desagravamento do coeficiente familiar na taxa de IMI, o qual vai diminuir a receita do município, tendo em conta que até à data não se conhecem as linhas de orientação do Orçamento de Estado de 2016, nem quais as restrições ou regras que serão aplicadas aos Municípios, é de opinião que não se deveria proceder á referida isenção.-----
A Câmara aprovou por unanimidade e em minuta não conceder a isenção do pagamento do IMT.-----

DL263/2016 – Pelo senhor Presidente foi apresentada a Informação Interna Nº02/2015 do Gabinete de Apoio à Presidência a propor a substituição do representante do município no NLI (Núcleo Local de Inserção) e na CPCJ (Comissão de Proteção a Crianças e Jovens), sendo o atual representante o senhor Norberto Mota, passando a exercer essas funções a senhora Lina Brasil

Pelo senhor Vereador Mário Luís foi dito que no seu entender a pessoa proposta não é a mais indicada, dado que não é residente no Concelho, existindo por vezes situações que requerem uma atenção imediata mesmo após horário laboral, e também por não ter conhecimento dos assuntos que se passam no nosso Concelho.-----

A Câmara aprovou por maioria e em minuta, com os votos a favor do senhor Presidente Décio Pereira e do senhor Vereador António Aguiar, e com as abstenções dos senhores Vereadores António Vitorino e Aires Reis e com o voto contra do senhor Vereador Mário Luís.-----

DL264/2016 – Pelo senhor Presidente foi apresentada os requerimentos de Fernando Dinarte Brasil e Sandi Brasil Lopes, Nelson Armando Brasil, Paulo Jorge Brasil e Carlos Valdemar a solicitar a abertura de vagas para exercício da atividade de transporte público – automóveis ligeiros (Táxi).-----

A Câmara entendeu, por unanimidade, que antes de se pronunciar em definitivo sobre este assunto, que iria proceder à consulta dos regulamentos municipais bem como da legislação respeitante ao serviço de Táxi.-----

Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou o encerramento da sessão, eram catorze horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que foi aprovada e vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim José Orlando Pereira dos Santos, que a elaborei e a subscrevo.-----

O Presidente



O Secretário



